Portugal é parte nesta Convenção, que foi aprovada, para ratificação, pela Resolução da Assembleia da República n.º 20/90, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 211 (suplemento), de 12 de Setembro de 1990, tendo depositado o seu instrumento de ratificação em 21 de Setembro de 1990, conforme aviso publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 248, de 26 de Outubro de 1990.

Direcção de Serviços das Organizações Políticas Internacionais, 27 de Agosto de 1997. — O Director de Serviços, *João José Gomes Caetano da Silva*.

Aviso n.º 266/97

Por ordem superior se torna público que o Haiti depositou, em 8 de Junho de 1995, o instrumento de ratificação da Convenção sobre os Direitos da Criança, adoptada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de Novembro de 1989.

Portugal é parte nesta Convenção, que foi aprovada, para ratificação, pela Resolução da Assembleia da República n.º 20/90, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 211 (suplemento), de 12 de Setembro de 1990, tendo depositado o seu instrumento de ratificação em 21 de Setembro de 1990, conforme aviso publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 248, de 26 de Outubro de 1990.

Nos termos do artigo 49.º, n.º 2, a Convenção entrou em vigor para o Haiti em 8 de Julho de 1995.

Direcção de Serviços das Organizações Políticas Internacionais, 28 de Agosto de 1997. — O Director de Serviços, *João José Gomes Caetano da Silva*.

Aviso n.º 267/97

Por ordem superior se torna público que a África do Sul depositou, em 16 de Junho de 1995, o instrumento de ratificação da Convenção sobre os Direitos da Criança, adoptada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de Novembro de 1989.

Portugal é parte nesta Convenção, que foi aprovada, para ratificação, pela Resolução da Assembleia da República n.º 20/90, publicada no *Diário da República*,

1.ª série, n.º 211 (suplemento), de 12 de Setembro de 1990, tendo depositado o seu instrumento de ratificação em 21 de Setembro de 1990, conforme aviso publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 248, de 26 de Outubro de 1990.

Nos termos do artigo 49.º, n.º 2, a Convenção entrou em vigor para a África do Sul em 16 de Julho de 1995.

Direcção de Serviços das Organizações Políticas Internacionais, 28 de Agosto de 1997. — O Director de Serviços, *João José Gomes Caetano da Silva*.

Aviso n.º 268/97

Por ordem superior se torna público que Portugal depositou, em 11 de Setembro de 1995, o instrumento de adesão da Convenção sobre Prevenção e Repressão de Crimes contra Indivíduos sob Protecção Internacional, Incluindo Agentes Diplomáticos, concluída em 14 de Dezembro de 1973, na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque.

À data da entrega do referido instrumento de adesão eram Partes na Convenção os seguintes Estados: Alemanha, Antígua e Barbuda, Argentina, Arménia, Austrália, Áustria, Baamas, Barbados, Bielo-Rússia, Butão, Bósnia-Herzegovina, Bulgária, Burundi, Camarões, Canadá, Chile, China, Chipre, Costa Rica, Croácia, Dinamarca, Egipto, El Salvador, Equador, Espanha, Estónia, Estados Unidos da América, Federação da Rússia, Finlândia, Gabão, Gana, Grécia, Guatemala, Haiti, Hungria, Índia, Irão, Iraque, Islândia, Israel, Itália, Jamaica, Japão, Jordânia, Koweit, Letónia, Libéria, Liechtenstein, Malawi, Maldivas, México, Mongólia, Nepal, Nicarágua, Nigéria, Noruega, Nova Zelândia, Omã, Paquistão, Panamá, Paraguai, Países Baixos, Peru, Filipinas, Polónia, Síria, República da Coreia, República Dominicana, República Popular Democrática da Coreia, República Checa, Roménia, Reino Unido, Ruanda, Seychelles, Eslováquia, Eslovénia, Sudão, Sri Lanka, Suécia, Suíça, Togo, Trinidad e Tobago, Tunísia, Turquia, Ucrânia, Uruguai, Iémen, Jugoslávia e Zaire.

Direcção de Serviços das Organizações Políticas Internacionais, 3 de Setembro de 1997. — O Director de Serviços, *João José Gomes Caetano da Silva*.